

REVISTA PREVIDÊNCIA NACIONAL

Edição: Junho // 2020
Número 03 // Ano 02



**No ano em que celebra 40 anos,
ABIPEM capacitou mais de mil
gestores em investimentos de RPPS**



SUMÁRIO

- 4** AO CELEBRAR 40 ANOS, ABIPEM CAPACITOU MAIS DE MIL GESTORES EM INVESTIMENTO DE RPPS
- 8** SEGUNDA EDIÇÃO DO GIRO ABIPEM DEBATEU IMPACTOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 10** INSTITUTOS DE RPPS DO CEARÁ ADOTAM TECNOLOGIA PARA MANTER ATENDIMENTO A SEGURADOS DURANTE PANDEMIA
- 14** TV ABIPEM SE ESTABELECE COMO PRINCIPAL FERRAMENTA DE DIÁLOGO ENTRE ASSOCIAÇÃO E PÚBLICO DURANTE PANDEMIA
- 16** CONHEÇA O CONCURSO DE MONOGRAFIA E AS PREMIAÇÕES OFERECIDAS PELA ABIPEM! PARTICIPE!
- 18** COMITIVA DE INSTITUTOS FOI RECEBIDA POR SUBSECRETÁRIO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 20** DEPOIMENTOS DE RPPS
- 22** CONSELHO NACIONAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL FOI INSTALADO EM MARÇO

Presidente ABIPEM
João Carlos Figueiredo

Presidente APEPREM
Daniel Leandro Boccardo

Coordenadora
Lucia Helena Vieira

Jornalista Responsável
Marina Marcondes

Textos
Marina Marcondes
Luana Piovesan

Revisão Ortográfica
Bruna Presmic

Projeto Gráfico e Diagramação
Pró Empresa

www.abipem.org.br
SCLRN 711 BLOCO "G" LOJA 15,
ASA NORTE, BRASÍLIA - DF
CEP: 70.750-557

Bem-vindos aos 40 anos da ABIPEM!

Mantendo a parceria de sucesso, ABIPEM e APEPREM dão continuidade à Revista PREVIDÊNCIA NACIONAL, honrando a missão de levar conhecimento e informação neste momento tão delicado para todos os membros e gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social do Estado de São Paulo e de todo o Brasil.

Para superar esse cenário, estamos ainda mais fortalecidos, sempre presentes em discussões e debates juntos à Secretaria de Previdência e demais órgãos reguladores e fiscalizadores, buscando sempre o consenso para oferecer uma opinião nítida e concreta sobre os assuntos previdenciários vigentes e que se apresentam como os desafios a serem enfrentados.

Em virtude das diversidades provocadas pela pandemia da Covid-19, nos resta enfrentar com eficácia os problemas apresentados, considerando as grandes alterações da Emenda Constitucional nº 103/2019 e sua difícil aplicabilidade. Ressaltamos também a importância da capacitação dos gestores

e membros dos RPPS de todo país, sendo que para mantermos a profissionalização, estamos preparando cursos e eventos on-line focados no constante aprimoramento do sistema.

Juntos, sairemos ainda mais fortes do momento atual e estaremos mais preparados para enfrentar com excelência os problemas do dia a dia.

Daniel L. Boccardo
Presidente Apeprem



Ao celebrar 40 anos, ABIPEM capacitou mais de mil gestores em investimento de RPPS

O 2º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, que ocorreu entre os dias 11 e 13 de março, em Florianópolis, contou com presença de mais 1.070 pessoas de diversos estados do país. Com participação de economistas, gestores, técnicos e presidentes de RPPS, a organização ofereceu cerca de

15 palestras, debates e trocas de experiências sobre investimentos. Na ocasião também foi realizado o 9º Congresso Estadual ASSIMPASC - Associação dos Institutos Municipais de Previdência de Santa Catarina.

A programação do primeiro evento do ano da ABIPEM - Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - foi

desenvolvida para que os participantes tivessem a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre investimentos para os Regimes Próprios, conhecerem as alterações das legislações, além de ter a oportunidade para interagir com os mais renomados especialistas na área.

Diante das crises mundiais - queda do Petróleo e Coronavírus -

que têm afetado de forma direta investimentos e estressado mercados financeiros, a realização 2º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, ironicamente, ocorreu no melhor momento para os Regimes Próprios brasileiros, pois fortaleceu a qualificação dos gestores para lidar com as questões.

Afinal, como disse Daniel Maeda, superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários - CVM: "O evento acabou sendo oportuno na medida que reforçou e ajudou a demonstrar como é importante um bom processo de governança, transparência. Inclusive para encarar com a serenidade que deve ser encarada. São momentos que sempre acontecem. Como se costuma dizer: todo mundo sabe que haverá uma próxima crise, só não se sabe quando e de que forma. Porque elas sempre vêm.", opinou. Para o especialista, quem participou dos três dias de debates saiu mais preparado para enfrentar os desafios do mercado., "Isso porque assimilaram o que foi discutido aqui, neste tipo de evento, como as boas práticas de gestão, etc.", finalizou.

Primeiro dia

Na abertura oficial, João Figueiredo agradeceu à plateia que acreditou ser possível discutir e debater a previdência de forma tranquila, diante dos momentos de turbulências que o Brasil tem enfrentado nas últimas semanas.

"Estamos hoje com mais de mil inscritos, então podemos ter uma ideia da importância do assunto e, especialmente, do interesse que vocês demonstraram com a pauta investimentos. A ABIPEM agradece a todos por terem vindo e deseja que seja um profícuo encontro", disse.

Ainda durante o discurso, João destacou que, em 2020, a ABIPEM completará 40 anos e para simbolizar as quatro décadas da Associação, foram entregues aos participantes da mesa um bonsai, símbolo do cuidado, da paciência, e, principalmente, do trabalho com o futuro. "Este bonsai está sendo cultivado há mais de dois anos, e eu desejo a cada um, que cuide deste bonsai tal qual gerem os regimes próprios de vocês", finalizou.

Compuseram a mesa de abertura - na noite de sexta - João Carlos Figueiredo, presidente da ABIPEM; Carlos Xavier Schramm, presidente da ASSIMPASC e conselheiro Fiscal da ABIPEM; Narlon Gutierrez Nogueira, secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Helio-mar Santos, presidente ANEPREM; André Goulart, presidente da AMIPREM; Adilson Carlos Pereira, presidente da APEPP; Alderi Zanatta, presidente da AGIP; Márcio Apolinário, presidente da APEPREV; Daniel Boccardo; APEPREM; Luciane Rabha, presidente da AEPREMERJ; Luana Piovosan, presidente da APREMAT; José Itamar de Oliveira; presidente da ACEPREM; Luiz Guilherme Machado, presidente da ASSIPPA;

O evento acabou sendo oportuno na medida que reforçou e ajudou a demonstrar como é importante um bom processo de governança, transparência. Inclusive para encarar com a serenidade que deve ser encarada. São momentos que sempre acontecem. Como se costuma dizer: todo mundo sabe que haverá uma próxima crise, só não se sabe quando e de que forma. Porque elas sempre vêm.

Daniel Maeda,
superintendente de
Relações com Investidores
Institucionais da
Comissão de Valores
Mobiliários - CVM



e representantes da ACIP; do AD-IMP-MS; da ASPREVPB.

Representando as associações presentes, Carlos Xavier Schramm destacou a gratificação em receber tantas pessoas no estado de Santa Catarina para discutir e trocar experiências sobre o tema investimentos: “Desejo que levemos aos nossos institutos as melhores formas de administrar e com as práticas de de governança para lidar com nossas aplicações”, encerrou.

Palestra inaugural

Narlon Gutierre Nogueira, secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, foi o responsável por fazer a palestra de abertura. Com o tema “A Atual economia brasileira e os investimentos do RPPS – a implantação da EC 103 como garantia da sustentabilidade da previdência pública”, Narlon optou por apresentar uma abordagem mais ampla – tanto em relação a temas relacionados aos Regimes Próprios, como também

ao Regime Geral de Previdência Social. “São preocupações que nós, na Secretaria de Previdência, temos em relação a esse importante sistema de proteção social que existe no Brasil em relação ao atendimento aos segurados, em relação a medidas que precisam ser tomadas para que a Previdência Social brasileira possa atender de forma adequada aos seus segurados”, disse.

Segundo dia

Com 12 apresentações divididas em três salas, o segundo dia de Congresso foi composto por debates variados como “O papel dos Conselhos na aprovação, acompanhamento e execução da política de investimentos”, “Fundo Multimercado: sua importância no cenário dos juros atuais”, “Ética na gestão dos investimentos – conflitos, responsabilidades e obrigações de Gestores, Conselheiros e membros do Comitê”, “Renda Fixa: sua importância no cenário dos juros atuais”.

Rosane Ferraz, do Instituto de Previdência Social dos Servidores do município de Dourados [MS], diretora financeira e membro do Comitê de Investimentos do Previd, afirmou que o evento foi fantástico e veio em boa hora. “Nós, enquanto gestores, temos que buscar o conhecimento e nos reciclar para poder termos serenidade nesse momento e saber como vamos tomar a melhor decisão em um momento como esse”, compartilhou

Magadar Briguet, consultora jurídica da ABIPEM, defendeu a função de formação que a Associação possui, no sentido de informar gestores dos regimes sobre o processo de concessão de benefícios e investimentos. “É importante esse papel de trazer às pessoas os especialistas para expor ao público o conhecimento. Regime Próprio é um regime complexo, cheio de especificidades e é preciso ter conhecimento, sempre se aperfeiçoar nessa gestão”, explicou.

Qualificação para associados

O presidente da Associação anunciou, ao final da última palestra – “Fundos de ações e sua importância no cenário de juros atuais” –, que serão oferecidos 24 cursos, desenvolvidos em parcerias com as associações estaduais, para os associados da ABIPEM, com o intuito de promover e alavancar a melhor qualificação. “A ideia é levar esses cursos de graça e reforçar a questão associativa”, explicou. ■



**16º CONGRESSO ESTADUAL
DE PREVIDÊNCIA**

APEPREM

14 a 16 de Outubro de 2020

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

**FAÇA SUA
INSCRIÇÃO**



ACESSE O SITE

www.abipem.com.br

Segunda edição do GIRO ABIPEM debateu impactos da Emenda Constitucional nº 103/2019 nos Regimes Próprios de Previdência Social

Devido a pandemia de Covid-19 projeto foi adiado

O GIRO ABIPEM é um evento itinerante realizado, desde 2019, pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM, com o objetivo de compartilhar conhecimentos sobre previdência aos seus associados de todo o país.

Para este ano, estavam previstos a execução de seis encontros regionais do GIRO ABIPEM, com a temática “As repercussões da implantação da Emenda Constitucional nº 103/2019 nos Regimes Próprios de Previdência Social”.

Contudo, com a declaração da pandemia do novo Coronavírus, em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde [OMS], apenas três cidades receberam os eventos da segunda edição do GIRO: Jundiaí [São Paulo] – 12/02, Belém [Pará] – 20/02 e Recife [Pernambuco] – 04/03. Quando for permitido a realização de atividades como esta, as próximas cidades a receber o projeto serão: Maringá [Paraná], Goiânia [Goiás] e Cuiabá [Mato Grosso].

O intuito do GIRO ABIPEM é atualizar gestores e servidores dos Regimes Próprios de Previdên-

cia Social com temas sensíveis à rotina dos RPPS. As palestras foram proferidas pela Drª Magadar Briguet, Consultora Jurídica da ABIPEM e APEPREM, Diretora Técnica da ABCPREV e Procuradora Aposentada do Município de São Paulo, com especialização em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo [USP].

Os encontros tiveram como programação os temas:

- Princípios dos Regimes Próprios de Previdência Social;
- Benefícios Previdenciários;
- O que mudou com e EC nº 103/2019:
 - » *Constitucionalização de vedações legais;*
 - » *Dispositivos que dependem de Lei;*
 - » *Regras de aposentadorias e pensões que deverão ser seguidas;*
 - » *Regras transitórias e de transição;*
 - » *Regras para servidores que ingressarem após a Emenda;*
- Direito Adquirido;
- Outros dispositivos aplicados a servidores municipais.

Em rápida entrevista para a revista PREVIDÊNCIA NACIONAL, durante a realização do 2º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, em Florianópolis, em março, a Consultora Jurídica da ABIPEM e palestrante do GIRO ABIPEM, Drª Magadar Briguet, foi bastante positiva: “Estamos

levando a emenda nº 103 para todos os gestores por estado. Há muito interesse do público porque a emenda 103, apesar de ter sido muito debatida, ainda oferece muitas perplexidades e se apresenta de difícil entendimento, algumas vezes. As pessoas querem saber o que deve ser feito e como, porque essa emenda desconstitucionalizou [sic] as regras de aposentadoria deixando para que Estados, Municípios e o Distrito Federal legislassem sobre a matéria”, explicou a consultora. ■

GIRO ABIPEM (2019 memória)

Ocorrida em 10 de maio de 2019, em João Pessoa [PB], a primeira edição do GIRO ABIPEM tratou da PEC nº 6/2019, conhecida como Reforma da Previdência, e teve o apoio da Associação Paraibana de Regimes Próprios de Previdência Social – ASPREVPB - e da Associação Pernambucana de Entidades de Previdência Pública - APEPP.

Para a presidente da Associação Paraibana de Regimes Próprios de Previdência Social - ASPREVPB, vice-presidente da ABIPEM Nordeste e organizadora do evento no estado, Léa

Santana Praxedes, o seminário obteve grande êxito: “Obviamente, não podemos parar por aqui, mas estudar, debater, analisar e colaborar com a recuperação fiscal do nosso país, do nosso sistema previdenciário ao pensarmos como agir em relação às gerações futuras”.

As palestras proferidas foram “A Importância do Pró-Gestão na Governança do RPPS”, com apresentação de Léa Santana e moderação de Adriano Postal”, e “Impactos da Nota Técnica nº 12/2015 e Aspectos Gerais de Benefícios no RPPS”, com Dr. Eduardo Albuquerque, representante do TCE-PB, Dr. Diogo Flávio Lyra Batista, Dr. Raphael Alexander Rosa Romero e mediação da Dra. Magadar Rosália Costa Briguet. ■



Institutos de RPPS do Ceará adotam tecnologia para manter atendimento a segurados durante pandemia

Com a chegada da pandemia de Covid-19 o mundo parou. Todas as formas que conhecemos de nos relacionar - seja pessoal, comercial ou profissionalmente - mudaram. Cada setor da sociedade - da educação à economia - teve que buscar alternativas para continuar a desempenhar suas funções à distância.

Os institutos de Regimes Próprios também tiveram seu modo de

trabalhar afetado, e o uso de tecnologias de comunicação, como aplicativos de videochamadas e de mensagens instantâneas, têm sido os principais aliados de gestores e técnicos na hora da interação nas relações interpessoal e administrativa com os segurados.

O presidente da ACEPREM-Ceará e diretor administrativo/financeiro do Fundo de Previdência Municipal de Milagres - PREVI-MIL [CE], José Itamar de Oliveira,

explica que a Unidade Gestora é composta por Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Benefícios e Agente Administrativo, e conta com 27 aposentados e três pensionistas; o município tem um contingente de 843 servidores efetivos.

“Não resta a menor dúvida de que com a propagação da Covid-19 a nossa rotina de trabalho foi sensibilizada consideravelmente. Tivemos que replanejar as nossas atividades com o foco maior voltado para aposentados e pensionistas, além do servidor efetivo. A estrutura de trabalho mudou consideravelmente, pois não tínhamos a experiência de trabalhar no modelo home-office. A primeira atitude foi implantarmos reuniões virtuais, através do aplicativo WhatsApp. Essa plataforma deu certo e estamos usando sistematicamente. Também realizamos um rodízio com servidores do Instituto para que uma dia por semana, o expediente aconteça no próprio local de trabalho. Assim, nenhuma

atividade está sendo represa- da, principalmente a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, bem como o acompanhamento sistemático de nossas aplicações financeiras, que requer uma atenção maior”, explicou Itamar.

Para Von Brawn Céris e Santos, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Cascavel/CE - CAPREV, que conta com cinco servidores e possui cerca de 1.100 segurados, a chegada da pandemia “foi um choque”. Ele explica que com o fechamento total das repartições pegou a todos de surpresa. Contudo logo montamos um sistema de atendimento virtual disponibilizando números de contato pelo WhatsApp e pelo telefone fixo do RPPS onde tínhamos um servidor de plantão”, contou.

Von Brawn explicou que, com a confirmação da gravidade e do risco da pandemia, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Cascavel passou a adotar “escala de trabalho interno para atendimento das demandas naturais do RPPS, confecção de folhas, atendimento das exigências da Secretaria de Previdência, do Tribunal de Contas do Estado. Ainda trabalhamos na conclusão de oito para o mês de maio de 2020, ou seja, apesar da situação atípica, nos adaptamos para manter o atendimento de forma plena aos servidores do município”, informou.

Considerando que os impactos causados com a pandemia nas estruturas de trabalho, reuniões, atendimentos, investimentos foram consideráveis, Von Brawn e seus colegas tiveram que se reinventar. “Buscamos a interação por meio das mídias sociais, criando uma nova modalidade de interação nas relações interpessoais e administrativas do RPPS com os segurados, o que com certeza servirá de aprendizado para ampliação ainda mais do atendimento aos servidores. Importante salientar também o papel das assessorias e associações que, neste momento de incerteza, foram de fundamental importância na gestão dos RPPS, visto que promoveram interações e quase que diariamente lives (vídeos ao vivo), sobre o mercado, a legislação, a interpretação de normas e portarias e procedimentos elementares para a boa qualidade da gestão”, relatou.

Por fim, Von Brawn salientou a importância dos RPPS na manutenção do isolamento social: “Apesar de toda a dificuldade enfrentada, todos os RPPS trabalharam para manter o atendimento pleno aos segurados, com a efetivação do pagamento das aposentadorias e pensões, inclusive com a antecipação da data do pagamento mensal como forma de evitar aglomerações nas agências bancárias no final do mês, antenados desta forma com o compromisso e bem-estar dos segurados”, concluiu. ■

Apesar de toda a dificuldade enfrentada, todos os RPPS trabalharam para manter o atendimento pleno aos segurados, com a efetivação do pagamento das aposentadorias e pensões, inclusive com a antecipação da data do pagamento mensal como forma de evitar aglomerações nas agências bancárias no final do mês, antenados desta forma com o compromisso e bem-estar dos segurados”

Von Brawn Céris e Santos, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Cascavel/CE - CAPREV





» Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Com a palavra, Narlon Gutierre Nogueira, Secretário de Previdência do Ministério da Economia

Como a pandemia do novo Coronavírus afetou o trabalho e o planejamento da SPREV?

Todos os segmentos da sociedade, seja no setor público ou privado, foram afetados pelos efeitos da pandemia. Não foi diferente com a Secretaria de Previdência. No aspecto operacional, seguindo as orientações gerais do Ministério da Saúde e as orientações específicas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, grande parte de nossos servidores foram deslocados para o teletrabalho. Isso levou à necessidade de adap-

tação de processos de trabalho e de nos familiarizarmos com novas ferramentas, como os aplicativos que permitem a realização de reuniões virtuais. Por outro lado, **passamos a ter uma demanda muito grande relacionada à formulação ou análise de medidas de enfrentamento dos efeitos da pandemia, seja no que se refere àquelas de iniciativa do próprio Poder Executivo, seja as originadas do Poder Legislativo ou de entidades representativas de trabalhadores e setores econômicos.** Tivemos também que construir mecanismos para que a suspensão do atendimento presencial nas agências do INSS, conforme recomendações para

redução do risco de contágio, especialmente das pessoas que fazem parte dos grupos de risco, não resultasse em impedimento do acesso dos segurados aos benefícios. Isso exigiu a alteração de atos normativos para simplificação e dispensa de exigências, o redirecionamento dos servidores do atendimento para atividades de apoio e análise e adequação de sistemas. Mas sem prejuízo de concentrar esforços nessas medidas emergenciais, temos procurado dar prosseguimento aos projetos estruturantes de médio e longo prazo, pensando no período pós-pandemia.

Qual a sua avaliação do papel exercido pela previdência social durante a pandemia?

Sem dúvida a previdência social tem um papel fundamental. Se ela é muito importante naquelas situações de infortúnio que cada indivíduo naturalmente enfrenta ao longo de sua vida (doença, incapacidade, velhice, morte), mas importante ainda tem se revelado neste momento, em que a retração da atividade econômica tem levado uma significativa parcela da população a sofrer privações relacionadas ao emprego, trabalho e renda. Então, os benefícios da previdência social, que continuam a ser pagos regularmente, permitem amparar não apenas o seu destinatário direto, mas todo o núcleo familiar ao qual ele pertence, pelo menos em relação a suas necessidades básicas. Para se ter uma dimensão do que isso representa, se somarmos os benefícios administrados pelo INSS (previdenciários e assistenciais), os benefícios de todos os RPPS e dos sistemas de proteção social dos militares e os da prev-

idência complementar fechada, são a cada mês pagos cerca de R\$ 86 bilhões a quase 40 milhões de brasileiros. Trata-se de instrumento de transferência de renda muito significativo. Outro aspecto importante a destacar, desconhecido de muitos, é que as bases de dados da previdência social, centralizadas no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) foram o principal instrumento para viabilizar o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00, criado pela Lei nº 13.982/2020. Embora seja um benefício de natureza assistencial, gerido pelo Ministério da Cidadania e pago pela Caixa Econômica Federal, sem o cruzamento de informações com as bases de dados da previdência social não teria sido possível fazer esse valor chegar tão rapidamente aos quase 60 milhões de beneficiários até agora contemplados.

Na sua avaliação, como os RPPS deverão se organizar para lidar com o impacto financeiro que a pandemia está provocando nos Estados e Municípios?

Os entes públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, tiveram que destinar um volume muito grande de recursos para combater os efeitos da pandemia, e algumas regras relacionadas ao equilíbrio das contas públicas precisaram ser momentaneamente colocadas em segundo plano. E não poderia ser diferente, pois a área de saúde precisa de recursos para atender os infectados, as empresas precisam receber incentivos para não encerrarem suas atividades em definitivo e os trabalhadores precisam ser socorridos, para não ficarem

sem emprego e renda. Aliado a esse aumento nos gastos, temos uma redução na arrecadação, em razão da redução na atividade econômica (no RGPS, por exemplo, a queda de arrecadação entre março e abril foi superior a 30%).

Portanto, mesmo depois que a fase mais aguda da crise for superada teremos efeitos nas contas públicas que irão perdurar por vários meses e algumas pelos próximos anos, o que certamente se refletirá na relação entre os entes e seus RPPS. Isso nos leva novamente à necessidade de que Estados e Municípios promovam a reforma em seus sistemas de previdência.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 deixou obrigações a serem cumpridas pelos entes, algumas de imediato, como a adequação das alíquotas de contribuição, outras até o próximo ano, como a instituição do regime de previdência complementar, mas a adequação das regras relativas ao plano de benefícios dos RPPS estaduais e municipais, embora sem prazo definido, é imperativa e urgente. Cumpre ainda lembrar que a Lei Complementar nº 173/2020, que estabeleceu o “Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2 (Covid-19)”, trouxe medidas de apoio da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio da suspensão do pagamento de dívidas, reestruturação de operações de crédito e entrega de recursos sob a forma de auxílio financeiro.

Além disso, previu regras para evitar o crescimento das despesas com pessoal, especialmente até o final de 2021, e autorizou a suspensão do pagamento de débitos dos Municípios com a previdência social, inclusive os RPPS. Sobre este último ponto, que passará por disciplina em

portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e depende de autorização em lei municipal específica, entendemos que se trata de medida a ser utilizada apenas em situação de extrema necessidade, pois sua adoção de forma indiscriminada certamente deixará um problema maior para ser resolvido no futuro.

Há alguma orientação que a SPREV recomenda aos institutos e gestores?

Sabemos que esse é um momento difícil, no qual todos estamos sendo diariamente desafiados, profissional e pessoalmente. Mas devemos lembrar que como servidores públicos estamos de certa forma mais “protegidos” do que a maior parte da população, pelo menos no que se refere à manutenção do nosso trabalho e salário. Portanto, é um momento para nos dedicarmos ainda mais para contribuir, dentro de nossas atribuições, para a superação da crise e o bem-estar de todos. De forma mais específica, minha orientação é para que os gestores dos RPPS busquem sempre assumir um papel de protagonismo nas discussões sobre a previdência, não aguardem de forma passiva a iniciativa ou aprovação das propostas pelo Executivo e Legislativo. E que continuem investindo na capacitação de dirigentes, técnicos e conselheiros que atuam no RPPS, para que estes desenvolvam as habilidades necessárias para enfrentar e superar crises. A atual irá passar, como ocorreu com outras no passado, e a missão institucional da previdência social precisa continuar sendo desempenhada, com responsabilidade e segurança. ■

TV ABIPEM se estabelece como principal ferramenta de diálogo entre Associação e público durante pandemia

Atividade contou com presença do ex-Ministro da Fazenda

Uma das características da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM é a constância em eventos e ações de formação e qualificação para seus associados e integrantes de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

Com a pandemia do novo Coronavírus, uma nova forma de realizar encontros, reuniões e seminários teve de ser adotada. Para não interromper as atividades e continuar a oferecer ferramentas para proporcionar debates, a Associação passou a realizar programas na TV ABIPEM, desde o mês de abril.

Tal decisão se mostrou uma excelente ferramenta para aproximar associados, gestores e técnicos da seara de Regimes Próprios bem como parceiros e patrocinadores.

Fique atento às redes sociais e ao site da ABIPEM para ficar por dentro dos próximos programas que serão exibidos. Para rever alguma atração já produzida, acesse [tvabipem.com.br](http://www.tvabipem.com.br) ■



Confira abaixo a grade de programação e os temas dos programas já exibidos:



ABRIL

23 de abril: Programa ABIPEM - As várias visões sobre os recursos previdenciários

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/midia?v=RO1ZONK7FV>



MAIO

4 de maio: Semana on-line de investimentos para RPPS é promovida por ABIPEM e XP Investimentos

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/Default?g=24|63|91>

18 de maio: ABIPEM realiza Seminário de Investimentos ABIPEM

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/Default?g=24|63|88>

21 de maio: TV ABIPEM transmitirá programa sobre "Fundos Estressados dos RPPS"

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/midia?v=67P1oZUUYV>

22 de maio: ABIPEM realiza programa sobre a realização do 53º Congresso Nacional e do 8º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/midia?v=ZY5OMoLF45>

27 de maio: Programa na TV ABIPEM abordou a Portaria nº 9.907

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/midia?v=EXVBNUJON2>

Saiba mais

Portaria estabelece maior profissionalização de dirigentes e conselheiros de RPPS

A Portaria nº 9.907, publicada no Diário Oficial da União em 27 de abril, estabelece requisitos mínimos para dirigentes de unidade gestora, membros dos conselhos deliberativo e fiscal e membros do Comitê de Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. A nova regra vale tanto para os ocupantes atuais dos cargos como para os que forem nomeados a partir desta data. Segundo a portaria, a partir de 2021, esses profissionais deverão ter formação superior, experiência na respectiva área de trabalho, não ter incidido em situações de inelegibilidade e possuírem certificação adequada. A implementação dessas medidas será gradativa.

Para Alex Albert Rodrigues, subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social da Secretaria de Previdência: "A norma representa importante avanço na busca da melhoria do perfil dos dirigentes e conselheiros dos RPPS, já que passam a ser exigidos padrões mínimos de qualificação pessoal e técnica como condição para ocupar as respectivas funções".
Fonte: Secretaria da Previdência

JUNHO:

04 DE JUNHO

"Diferentes estratégias em fundos de ações"

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/midia?v=E6SX413U5F>

08 DE JUNHO

Comentários sobre Pró-Gestão"

Reveja: <http://www.tvabipem.com.br/midia?v=4BMFP98M8E>

Conheça o concurso de monografia e as premiações oferecidas pela ABIPEM! Participe!

Prêmio Destaque Brasil de Investimentos

As constantes alterações no cenário macroeconômico que apresentam uma progressiva redução da taxa de juros doméstica e as novas alternativas de investimento, e riscos antes incomuns ao RPPS, são os principais motivadores da ABIPEM – Associação Brasileira de Previdência Estaduais e Municipais - na apresentação desta mais nova inovação: O Prêmio Destaque Brasil de Investimentos.

Este prêmio, que tem sua primeira edição em 2020, chega com o objetivo de identificar os Regimes Próprios de Previdência Social que apresentam os melhores processos na gestão de investimento de suas carteiras.

Dentre os critérios, estarão pontos objetivos como metodologias, ferramentas e processos que consolidem para o RPPS uma estrutura eficiente num cenário desafiador de meta atuarial.

A comissão julgadora é composta por membros da Comissão de Valores Mobiliários, Secretária da Previdência e dos RPPS.

Mais informações, acesse o site:

» <https://www.abipem.org.br/abipem-lanca-premio-com-foco-em-investimentos/>



Prêmio Destaque Brasil - edição 2020

O Prêmio Destaque Brasil de Responsabilidade Previdenciária busca fomentar, identificar, reconhecer e divulgar instituições que são referência no âmbito da gestão previdenciária.

Estarão aptos a participarem as instituições associadas à ABIPEM e que estejam com o Certificado de Regularidade Previdenciária em vigor na data da inscrição.

» Mais informações, acesse o site: <https://www.abipem.org.br/edital-premio-destaque-brasil-edicao-2020/>



VII Congresso Nacional de Pesquisa Previdenciária - CNPP

Com o tema "A Nova Previdência e os impactos nos Regimes Próprios de Previdência Social", o VII Congresso Nacional de Pesquisa Previdenciária - CNPP é um concurso de monografias que busca identificar as melhores ideias relacionadas à Previdência e aos RPPS.

Serão premiadas três monografias, para as quais serão conferidos prêmios nos seguintes valores:

I – 1º Lugar: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

II – 2º Lugar: R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III – 3º Lugar: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

As monografias serão examinadas pela Comissão Avaliadora, à qual caberá a definição pelo aceite ou não do trabalho, e a classificação obedecerá aos seguintes critérios:

I – relevância e aderência ao tema proposto;

II – profundidade da análise;

III – clareza e coerência no desenvolvimento e na organização do texto;

IV – amplitude e pertinência da pesquisa doutrinária e/ou jurisprudencial;

V – utilidade e aplicabilidade da proposição prática;

VI – adequação às normas técnicas e diretrizes definidas neste Regulamento.

» Mais informações, acesse o site: <https://www.abipem.org.br/vii-cnpp/>



Comitativa de Institutos foi recebida por subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social

O subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social, da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, Alex Albert Rodrigues, recebeu, na tarde do dia 18 de fevereiro, uma comitativa composta por 17 pessoas, entre presidentes e representantes de Regimes Próprios e Associações de Regimes Próprios, para tratar de questões relativas a investimentos feitos em gestões passadas, que têm dificultado os institutos na obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP – Administrativa.

Tais entraves com aplicações de recursos culminaram no desenquadramento de aplicações no Conselho Monetário Nacional de algumas centenas de instituições. A reunião foi capitaneada pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM, que esteve representada pelo presidente, João Figueiredo, e foi pauta pelo RPPS de São Sebastião.

O presidente da ABIPEM declarou que o intuito foi: “Procurar a Secretaria para tratar sobre a questão

de Regimes Próprios que detêm fundos estressados e que estão tentando obter a CRP Administrativa, mas estão sendo barrados em alguns regulamentos. Viemos articular junto à Secretaria a construção de uma solução saudável e sustentável para a questão dos fundos”.

Além do Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social e do presidente da ABIPEM, estiveram presentes na conversa Julio Romeu Maciel dos Santos, Chefe de Divisão da Secretaria de Previdência; Jeferson Lovero Neto, Conselheiro do Instituto de Previdência de São Sebastião – SP; Rodrigo de Gredo Caldine, Conselheiro do Instituto de Previdência de São Sebastião; Marina Batelochi, Chefe de Secretaria Município de São Sebastião; Adilson Ferreira de Moraes, Presidente SSPREV do Município de São Sebastião – SP; Marcos R. Fregate Baraldi, Superintendente de Taboão-Previ; Eduardo A. Reichert, Presidente do IPREF-Guarulhos; Daniel L. Bocard, Superintendente do BiriguiPrev; Regina Mainente, Superintendente do IPMPG; Edmar M. Veloso,

Consultor do Previcampos; Thais de Maria Ramos, Diretora-Presidente do Previcampos; Miguel A. F. Chaves, do RPPS/SPREV; Marcos André Breda, Diretor-Presidente do Pauliprev Paulínia; Francisco A. A. Gonçalves, Gestor do Instituto de Barueri – SP / IPRESB; e Douglas H. M., Gestor Financeiro do Paulínia /SP.

Com a quantidade de Regimes Próprios que estavam na reunião foi possível constatar que esse não é um problema localizado e, tampouco, pontual. A reunião evoluiu para a construção de propostas e alternativas que foram divididas nas seguintes visões, conforme explicou o Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social:

– curto prazo: propor, durante a primeira reunião do Conselho Nacional dos Regimes Próprios, soluções referentes ao desenquadramento dos passivos gerados antes das resoluções do CMV;

– médio prazo: instalação de grupo de trabalho a fim de revisar as normas de investimento dos regimes próprios. Alex esclareceu

que a ideia é colocar uma minuta em consulta pública de uma nova resolução que abordará esses passivos referentes aos desenquadramentos gerados em vários regimes próprios; e

– longo prazo: a proposta oriunda da reunião é que versa sobre a lei de responsabilidade previdência.

Alex informou, ainda, que: “O resultado da reunião foi muito bom, pois conseguimos ouvir os Regimes Próprios. Nós, enquanto órgão de regulação e de supervisão, defendemos ser importante vermos o outro lado e os problemas para compreender as medidas que estão sendo adotadas para adequar seus Regimes. Vimos casos de Institutos que tiveram grandes problemas em várias áreas, como a de investimentos, mas, também, pudemos ver Regimes – como o de Praia Grande – que estão com uma nova visão de gestão e de governança, Regimes que estão buscando sua adequação sob o manto de uma nova gestão. Então, para nós, é muito gratificante e nos motiva a continuar trabalhando em prol

do fortalecimento dos Regimes”, finalizou o Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Primeira visita ao novo Secretário de Previdência

Ao final, a comitativa ainda conseguiu ser atendida pelo Secretário de Previdência do Ministério da Economia, Narlon Nogueira. Durante o encontro, foi falado sobre a criação de um grupo de trabalho com os RPPS que têm fundos estressados para definir normas de controle para que as sugestões abordadas sejam implementadas.

Articulação Nacional

João Figueiredo declarou que: “Embora o assunto não seja novo, a reunião trouxe a possibilidade de uma discussão mais estruturada sobre o problema que afeta os regimes próprios que mantêm em sua carteira de investimentos os fundos estressados, que impossibilita a emissão do CRP Administrativo. Pudemos

discutir, também, a origem dos desenquadramentos e as várias ferramentas jurídicas que podem ser empregadas na solução deste problema”.

A ABIPEM agradeceu ao subsecretário Alex e a toda sua equipe que acompanhou a reunião, bem como a participação de Daniel Boccardo, presidente da APEPREM, e de Eduardo A. Reichert, membro do Comitê de Investimento da ABIPEM e de todos os RPPS presentes.

Regina Mainente, Superintendente do Instituto municipal de Praia Grande, São Paulo, afirmou que: “A ABIPEM é uma associação a nível nacional que nos ajuda muito e atua como parceira de todos os RPPS. Sempre que temos algum tipo de problema, alguma solicitação, alguma reivindicação, ela se coloca à frente para nos ajudar e fazer esse meio de campo, entre a secretaria da previdência do Ministério da Economia, a associação e os Regimes Próprios, é uma parceira da gente”.

Thais de Maria Ramos, Diretora-Presidente do Previcampos, Instituto de Previdência dos servidores de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, também referendou a qualidade da representação da ABIPEM: “É importantíssimo a gente ter uma representação desse porte da ABIPEM, porque isso nos fortalece enquanto institutos, a gente não conseguiria uma reunião desse porte, com tamanha representatividade, se não fosse uma instituição do porte da ABIPEM”. ■



Depoimentos de RPPS

Regina Mainente, Superintendente do Instituto municipal de Praia Grande, São Paulo

“O Instituto da Praia Grande é superavitário e tem uma situação bem diferente dos demais que estavam aqui. Vim compor com os demais colegas, visto que eu também tenho fundos estressados na minha carteira, de outras gestões anteriores à minha, e isso precisa ser resolvido, porque viemos expor o problema para o Allex e para o Naron, a fim de saber se eles vão flexibilizar de alguma forma, construir algum estudo para fazer algum tipo de norma para que a gente não ‘desenquadre’ num futuro próximo. Hoje, nós estamos enquadrados, somos um dos únicos municípios do estado de São Paulo que tem CRP normal, não é judicial, é um CRP administrativo, e cumprimos todas as regras até então”.

Thais de Maria Ramos, Diretora- Presidente do Previcampos, instituto de previdência dos servidores de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

“Saímos da reunião com a esperança de resolver administrativamente aquilo que a gente encontra como empecilho todos os dias na nossa administração do Previcampos, porque estamos trabalhando para regularizar vários dos nossos problemas, mas, infelizmente, a questão dos investimentos ainda está pendente. Então, foi importante a reunião que a ABIPEM promoveu junto à Secretaria de Previdência para termos essa esperança de conseguir resolver administrativamente isso”.

Marcos André Breda, do instituto PauliPrev, de Paulínia, São Paulo

“Essas reuniões são bastante importantes e têm uma grande tendência de serem produtivas, pois nós temos quase mil institutos de previdência no país que tem esse CRP judicializado. Esse tipo de evento, de encontro, reunião oficial marcada pela ABIPEM com a participação de alguns RPPS que têm os mesmos problemas, junto à Secretaria de Previdência e relações de trabalho no Ministério da Economia, traz para a gente uma luz do que fazer em relação a recuperação ou regularização das situações passadas de anos anteriores, e traz à luz do que nós devemos implementar nos institutos para que possamos resolver essas pendências mantendo a situação de maneira administrativa, e maneira organizada para que nós tenhamos todas as perspectivas de manutenção do instituto com saúde financeira, com regularidade previdenciária, principalmente, no que diz respeito a resposta que nós devemos dar para sociedade e para os servidores que é a razão de existir dos regimes próprios de previdência social”.



XIV ENCONTRO JURÍDICO E FINANCEIRO

07 a 09 de Dezembro

● LOCAL :
**CASA PETRA - AV. ARATÃS, Nº 1010
SÃO PAULO\SP**

ACESSE O SITE
www.abipem.com.br

Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social foi instalado em março

Em 4 de março de 2020 foi lançado, em Brasília, na sede do Ministério da Economia, o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social – CNRPPS. O Conselho foi instituído pelo decreto 10.810, do final de 2019, e atende a uma antiga reivindicação dos Regimes Próprios de Previdência Social. O CNRPPS possui caráter deliberativo e tem representações também dos segurados dos servidores públicos, o que atende a um princípio que está na Constituição, no artigo 194, e prevê que os órgãos colegiados relacionados à previdência social tenham a participação também dos seus segurados.

A abertura da reunião de instalação foi feita por Narlon Gutierrez Nogueira, Secretário de Previdência e Presidente do CNRPPS. Ele explicou que o referido conselho, que vai deliberar sobre políticas relacionadas à previdência social: “Tem um papel importante nas normatizações que vão ser estabelecidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, e além desse papel deliberativo ele

passará a ter provavelmente um papel regulador, e, de fato, de decisão sobre as normas que serão aplicadas aos regimes próprios de previdência social”, explicou Narlon.

João Carlos Figueiredo, Presidente da ABIPEM, destacou ser muito importante, na história dos 40 anos da ABIPEM – que assume, nesse primeiro momento, a cadeira de titular – a Associação participar desse marco dos Regimes Próprios: “Queremos agradecer a todos que estão participando do evento, acho que a gente vai conseguir contribuir muito para uma construção de um regime próprio mais sustentável e principalmente com governança e estruturas que possam prestar contas ao cidadão e aos servidores públicos”, finalizou.

Alderi Zanatta, representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, declarou ser de extrema importância a instalação do referido Conselho, pois: “Uma vez que nós, servidores públicos municipais, não tínhamos um órgão ainda de debate e deliberação e todas as legislações que

eram formadas, as normatizações, as regulamentações, eram feitas e apenas passadas para os servidores acatarem. Agora não, nós teremos um órgão, nós vamos poder deliberar, debater, colocar a opinião dos servidores públicos municipais, porque a legislação, obviamente, vai afetar diretamente os servidores públicos, e agora eles também podem opinar”.

Alex Albert Rodrigues, Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacou que a instalação do conselho é histórica para o segmento dos Regimes Próprios e que, por contar com a participação de vários atores como representantes de associações, dirigentes, entes federativos, e gestores da área, a iniciativa consiste em “uma oportunidade para os Regimes Próprios atuarem de forma institucional e legal”.

Enquanto presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, Alex afirmou que: “Há a necessidade de estabelecer os limites de atuação e

de correlação desses dois fóruns, entre esses dois conselhos, que um seja um debate técnico, um seja consultivo, um prepare as discussões para que o conselho delibere. Então, para nós é um dia muito importante, acho que é um dia de uma nova era com relação a regulação dos regimes próprios”.

Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon, Diretora-Presidente da Manaus Previdência, representa, no CNRPPS, as regiões Norte e Nordeste. Para ela: “A maior preocupação, e o foco, será sempre direcionar o meu voto olhando a situação dos municípios em geral, e não somente a situação de Manaus, que é uma situação bem equilibrada e confortável se a gente comparar com outros regimes”, disse.

Funcionamento do CNRPPS

Maria Velloso, Coordenadora Geral dos Órgãos Colegiados da Subsecretaria de Assuntos Corporativos e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vai secretariar as reuniões do CNRPPS, o órgão faz parte de um conjunto

de oito colegiados, que estão sob a Secretaria executiva. Ela explica que o intuito de uma secretaria executiva é: “Viabilizar e poder articular os debates no que diz respeito no caso à previdência e também aos temas do trabalho. Temos um grupo de conselheiros que foram designados pelo secretário especial ou pelo ministro, a depender do colegiado”.

Maria explica que o CNRPPS terá três reuniões por ano: “Serão encontros trimestrais com reuniões de um dia inteiro para, justamente, fazer esse debate sobre a importância dos regimes próprios. Junto com o CNRPPS temos o CONAPREV, que é o Conselho Nacional dos Dirigentes dos RPPS, que vai fazer uma certa retroalimentação entre o CNRPPS e o CONAPREV. Nós teremos pautas que vão ser colocadas no CONAPREV e que serão trazidas para o CNRPPS, debatidas e deliberadas e o CNRPPS também vai levar questões para o debate junto aos dirigentes dos RPPS”, finalizou. ■

Uma vez que nós, servidores públicos municipais, não tínhamos um órgão ainda de debate e deliberação e todas as legislações que eram formadas, as normatizações, as regulamentações, eram feitas e apenas passadas para os servidores acatarem. ”

Alderi Zanatta,
representante da
Confederação dos
Servidores Públicos
do Brasil





PARTICIPE DOS MAIORES EVENTOS PARA RPPS

28 A 30 DE OUTUBRO DE 2020

***INSCREVA-SE ATRAVÉS DO SITE
WWW.ABIPEM.COM.BR***



FORTALEZA/CE